

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.944 - SC (2020/0252812-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : EVA MARIA ABRAO**  
**ADVOGADO : JACKSON SALVAN - SC029872A**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL REEXAME NECESSÁRIO NÃO CABIMENTO EM CASO DE RECURSOS DA FAZENDA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL INÍCIO DE PROVA MATERIAL COMPLEMENTADA POR PROVA TESTEMUNHAL RESIDÊNCIA NA CIDADE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS CONECTÁRIOS LEGAIS 1 CONFORME A REGRA DA SINGULARIDADE RECURSAL ESTABELECIDADA PELA NOVA LEI ADJETIVA CIVIL (ART 496 § 1) TENDO SIDO INTERPOSTA APELAÇÃO PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA A HIPÓTESE QUE SE APRESENTA É DE NÃO CABIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA 2 É DEVIDO O RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR QUANDO COMPROVADO MEDIANTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR TESTEMUNHAS 3 HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA PREENCHEU OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL COMPROVANDO O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL DURANTE O PERÍODO DE CARÊNCIA EXIGIDO 4 A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS PARCELAS VENCIDAS DEVE OBSERVAR O INPC NO QUE SE REFERE AO PERÍODO POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 114302006 QUE INCLUIU O ART 41A NA LEI 821391 CONFORME DELIBERAÇÃO DO STJ NO JULGAMENTO DO TEMA 905 (RESP N 1495146 MG REL MIN MAURO CAMPBELL MARQUES DE 02032018) O QUAL RESTA INALTERADO APÓS A CONCLUSÃO DO JULGAMENTO PELO PLENÁRIO DO STF EM 03102019 DE TODOS OS EDS OPOSTOS AO RE 870947 (TEMA 810

DA REPERCUSSÃO GERAL) POIS REJEITADA A  
MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DE MÉRITO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 143 da Lei n. 8.213/91, no que concerne à impossibilidade de aproveitamento do período rural para fins de aposentadoria em razão de passados mais de 24 meses da perda da qualidade de segurado, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

Revela-se inviável o aproveitamento do período remoto para fins de carência, uma vez que passados mais de 24 meses da perda da qualidade de segurada especial. O largo período de tempo foge ao conceito de descontinuidade previsto no art. 143 (fls. 283).

Para o Tribunal Superior, deve-se aplicar de forma analógica as regras do período de graça previstas no art. 15 da Lei 8.213/91, que não ultrapassam os 24 meses.

Portanto, passados mais de 24 meses da perda da qualidade de segurado especial, resta impossibilitado o aproveitamento do período rural remoto para fins de aposentadoria por idade (fls. 284).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

No caso em que o requerimento administrativo e o implemento da idade mínima tenham ocorrido antes de 31-08-1994 (data da publicação da Medida Provisória n. 598, que introduziu alterações na redação original do art. 143 da Lei de Benefícios, sucessivamente reeditada e posteriormente convertida na Lei n. 9.063/95), o segurado deve comprovar o exercício de atividade rural, anterior ao requerimento, por um período de 5 anos (60 meses), não se aplicando a tabela do art. 142 da Lei n. 8.213/91.

A disposição contida nos artigos 39, inciso I, 48, §2º e 143, todos da Lei n. 8.213/91, no sentido de que o exercício da atividade rural deve ser comprovado no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, deve ser interpretada em favor do segurado. Ou seja, tal regra atende àquelas situações em que ao segurado é mais fácil ou conveniente a comprovação do exercício do labor rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo, mas sua aplicação deve ser temperada em função do disposto no art. 102, §1º, da Lei de Benefícios e, principalmente, em atenção ao princípio do direito adquirido, como visto acima.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos

# *Superior Tribunal de Justiça*

utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente